



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenadora,
Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenadora

Este GT dá continuidade a um debate iniciado em 2015, que respondia a três distintas ordens de problemas: a dimensão política da dor, as técnicas de governo e a escrita etnográfica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes são esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articulações entre técnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu viés analítico é o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como 'dor', 'sofrimento', 'sofrer'; os desafios metodológicos como fazer etnografia de/em situações de sofrimento; e suas composições políticas - até onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaixão desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condição comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribuições que, independentemente de vínculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a forma política produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espaço à forma produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e populações governáveis. E, de outro lado, não se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de análise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

Meu filho tomou um tiro!?: O extermínio da população favelada e as topografias do horror

Autoria: Maria Aline Sabino Nascimento

O presente work é fruto de uma experiência etnográfica realizada em uma competição poética de rua que ocorre em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. Em meu texto, elaboro minha discussão a partir do relato de Joana, mãe, cantora e poeta, que em sua primeira participação na batalha poética descreve a cena testemunhada por ela do assassinato de seu vizinho na calçada de sua casa por um policial do BOPE. Discutindo a respeito de assassinatos de moradores das favelas do Rio de Janeiro, visio compreender as formações das engrenagens governamentais de uma política de gestão de mortes. Engrenagens que giram nas margens, lugares onde o governo de morte se (re)constrói e é reforçado cotidianamente. Meu objetivo neste texto é mostrar que esses assassinatos são o combustível da governamentalidade e responsáveis pelo refazimento do Estado. O debate feito a respeito de vidas faveladas exterminadas pelo Estado não pode ser isento de uma discussão séria de raça e classe, traços inscritos nos corpos dessas vítimas. Uma esterilização moderna, portanto. Aqueles que ainda continuam vivos precisam ser exterminados, pois representam uma ameaça às vidas de uma população específica, que também tem em seus corpos inscrições corporais de raça e classe. Dessa maneira, tendo como central para mim as elaborações teóricas de Angela Davis (2016), entendo o extermínio das populações faveladas como uma espécie de 'esterilização moderna'. Segundo ela, 'a ideologia transforma-se para encontrar novas condições históricas' (Ibid., p. 134). Partindo dessa perspectiva, compreendo que, se no passado mulheres negras eram forçadas a passarem por um processo de esterilização, no presente esse mesmo processo existe, mas de outra forma. Quem pode viver e quem pode morrer é um questionamento que atravessa todo o meu texto. Questionamento feito por autores como Mbembe, Butler, Davis, Farias, Vianna e tantos outros. Se é verdade que o tempo é uma agência ativa capaz de curar e destruir (Das, 1999) como acontece o refazimento das vidas daqueles que ficaram e lutam para que pelo menos o assassinato de seus filhos seja reconhecido como tal, já que a vida dele foi questionada como vida tantas vezes? O que cabe e o que não cabe nos enquadramentos que nós fazemos em relação às



narrativas ouvidas por nós pesquisadores? Joana buscou na poesia e na fala compartilhar sua dor como uma forma de se refazer, são nas fronteiras das topografias do horror que a luta por sobrevivência só é possível por meio de "tomadas de ar". Recitar poesia, portanto, foi uma forma que ela encontrou de reabitar a vida, o cotidiano e o espaço.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

